

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA: OS TRABALHADORES RURAIS E SUAS IDENTIDADES.

Filipe Menezes Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo a seguir é fruto de pesquisa realizada na Amazônia desde 2015. Aqui investiga-se a política de colonização dirigida na Amazônia a partir de 1970, onde serão citados documentos de seu planejamento e algumas obras que a analisaram tanto posteriormente quanto no momento de sua execução. Mas o foco das análises privilegia os depoimentos orais de antigos colonos que ocuparam as margens da rodovia Transamazônica durante aquele período. Só assim seremos capazes de melhor ter contato com a experiência dos anos setenta e com a atual realidade local. Esses sujeitos são justamente o principal recurso humano mobilizado na política de colonização. Ofereço então um estudo de memória que pretende demonstrar a importância do tempo presente na conformação dos relatos. Parte importante é entender a situação dos trabalhadores rurais, antigos colonos, nos arredores da cidade de Altamira — Amazônia paraense. Dito de outro modo, recuperar os depoimentos desse conjunto de pessoas é apelar para uma “história vista de baixo”. Contudo, têm-se ciência de que não é este autor quem lhes dá a voz necessária à crítica da política em questão. São os próprios trabalhadores que optaram por ocupar seu lugar de fala, se posicionando como autoridades quando o assunto é a o governo da ditadura militar na Amazônia. Por fim, como objetivo central, pretendo trazer a importância da memória para a conformação de classe dos antigos pioneiros, suas distintas identidades, desembocando na configuração social do território que representa as margens da Transamazônica na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Memória — Amazônia — Trabalhadores Rurais

**Abstract:** The following article is the result of my research in the Brazilian Amazon since 2015. Here, the policy of colonization directed in the Amazon since 1970 is investigated. Planning documents and some works that analyzed it later and at the time of its execution will be cited. Testimonies from farmer settlers who occupied the margins of the Transamazônica highway during that period will be analyzed. Only then will we be able to have better contact with the experience of the seventies and the current local reality. These subjects are precisely the main human resource mobilized in the colonization policy. I offer to readers studies of memory that intend to demonstrate the importance of the present time in the conformation of the narrations. An important part is to understand the situation of rural workers on the outskirts of the city of Altamira. In other words, recover the testimonies of this group of people is to appeal to a “history seen from below”. However, I am not the one who gives them the necessary voice to criticize the policy. It is the workers themselves who have chosen to occupy their place of speech, positioning themselves as authorities when the subject is military dictatorship in the Amazon. Finally, I intend to bring the importance of memory to the class conformation of the ancient pioneers, their distinct identities, resulting in the social configuration of the territory that represents the margins of Transamazônica in contemporary times.

**Key-words:** Memory — Amazon Rainforest — Rural Workers

<sup>1</sup> Doutor em História pelo PPGHIST-UFPA. E-mail: [menezes.fs@gmail.com](mailto:menezes.fs@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8658954585705355>

## Introdução

Foi nos idos de 1970 que o governo Médici, junto ao Plano de Integração Nacional (PIN)<sup>2</sup>, deslocou uma série de trabalhadores para ocuparem as margens da Transamazônica na região da cidade de Altamira — Amazônia Paraense. O projeto consistia, com o auxílio do governo, num amplo programa de assistência para reduzir o conflito pela terra nas regiões de inchaço populacional. As diretrizes desse programa apontavam para a necessidade de ocupação dos considerados “espaços vazios” do território nacional, ou seja, a planície amazônica. A intenção declarada para com a região era, através da ocupação e do novo regime produtivo, cumprir as demandas da segurança nacional sem esquecer de garantir uma política de desenvolvimento da então esquecida Amazônia. Para desenvolver as novas localidades, no entanto, fez-se necessário um programa que visava a produção sistemática desses trabalhadores nos seus novos locais de moradia e trabalho. Não podemos esquecer que foi sob os auspícios do desenvolvimentismo que ficaram marcados os anos Médici. Nas palavras de Daniel Aarão, o início da década de 1970 foi caracterizado por uma euforia desenvolvimentista, sentimento advindo da transformação do país em um verdadeiro canteiro de obras (REIS FILHO, 2014). No bojo das intervenções federais daquele momento, a Amazônia aparecia como uma região a ser colonizada. E é na complexidade que envolve o intento hercúleo da colonização que reside as diferenças fundamentais entre os grupos de trabalhadores que se encaminharam para a região supracitada. São essas diferenças que orientam o debate do artigo em torno do conceito de classe social, ou melhor, sua

---

<sup>2</sup> DECRETO-LEI Nº 1.106 — DE 16 DE JUNHO DE 1970 (...) Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM (...) (Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12042902/decreto-lei-n-1106-de-16-de-junho-de-1970>. (Acessado pela última vez em 25/05/2015)

identidade em formação num novo território de desbravamento. A proposta caminha ao lado do que a princípio postulou Edward Thompson nos seus estudos da classe operária inglesa (ou melhor, do povo inglês na idade moderna, ou das suas comparações entre História e Antropologia) (THOMPSON, 2004; 1998; 2001). Segundo o autor, a cultura encarnada e socializada tem um papel central nas análises dos historiadores (THOMPSON, 1989). Entendo então que os sujeitos migrantes que ocuparam as margens da Transamazônica no início da década de 1970, uma vez reunidos em outro local de moradia e trabalho, reconstruíram suas identidades a partir da necessidade de formação de uma nova cultura de vida. As classes estão em constante formação, e como muitos desses trabalhadores ainda por lá residem, eles acabaram por criar uma realidade local que se estende até o presente.

De posse de entrevistas colhidas em janeiro de 2015, veremos que esses trabalhadores se dividem entre aqueles que apostam o sucesso da colonização e aqueles que denunciam seu fracasso. Ao ter contato com alguns trabalhadores que emergiram socialmente na Amazônia, pude concluir que parte daquela classe rural são pessoas nostálgicas da ditadura, constituindo um grupo social que no presente abriu espaço às vinculações dos atuais políticos com o recente autoritarismo de Estado, exemplificado na grande figura de Jair Bolsonaro. A reflexão que traz o tempo presente como importante dimensão das análises que aqui se desdobram não corresponde a uma atitude anacrônica. É certo que não aprofundo a questão, pois ela faz parte de uma pesquisa maior, desdobrada entre os meus anos de curso do mestrado e do doutorado. Mas não posso deixar de enfrentar aquilo que temos vivido nos dias de hoje uma vez que escolho a metodologia da História Oral como guia do presente artigo. A memória é um tecido cuja forma também é dada a partir das recentes impressões daquele que a narra; contudo, a experiência passada também é capaz de construir o entendimento do presente.

As entrevistas que aqui ofereço foram colhidas sob filmagem e devidamente autorizadas para uso acadêmico<sup>3</sup>. O universo de entrevistados é grande e aqui indico o diálogo com alguns desses sujeitos. Entre eles escolhi aqueles que defendem fielmente a política, mas como a intenção maior é demonstrar as diferentes identidades que se misturam entre o grupo de ex-migrantes, também selecionei os que não se conformam com o mau trato institucional de outrora. E se outra necessidade do artigo é também provar que a colonização dirigida oferece um importante debate sobre as classes populares no Brasil da década de 1970, abrimos espaço ao entendimento do que representou a ocupação da Amazônia pelos vastos contingentes de trabalhadores pobres que vieram à região naquele momento. Juntos, mas diferenciados, esses trabalhadores se dividem entre dois grandes grupos: os afortunados e os desafortunados. Essa divisão pressupõe um racha na configuração da classe de trabalhadores rurais agenciada na política. Através de um estudo de memória, para facilitar nossa compreensão, veremos que eles se dividem entre aqueles que aprovam a política de colonização e os outros que a denunciam. Em termos econômicos, o presente aponta que esses grupos são dados por um racha entre os que tem boa condição financeira e aqueles que ainda enfrentam dificuldades para viver na Amazônia. Parece simples, mas o que postulo no decorrer dessas linhas, é que mais do que uma divisão econômica no seio da classe de trabalhadores rurais da Amazônia, podemos observar que as diferenciações desse segmento são apresentadas no universo cultural da memória (THOMPSON, 2001).

O objetivo do artigo é então demonstrar a formação desses diferentes grupos de trabalhadores que ocuparam a Amazônia durante a ditadura e que ainda lá se mantêm. Divididos entre sua condição social, também manifestam sua diferença através de concepções radicalmente distintas sobre a política. Ou seja, o valor do estudo de memória aqui

---

<sup>3</sup> Para a prática metodológica da História Oral, indico a consagrada coletânea *“Usos e abusos da História Oral”*, citada nas referências bibliográficas.

apresentado é a capacidade que ele tem para provar as diferentes identidades dos antigos colonos, os pioneiros, como são conhecidos na região de Altamira. Se o presente é fundamental para enveredarmos na investigação que tem a história oral como método, nele também reside a intrigante configuração dos trabalhadores rurais residentes em território amazônico. Distribuídos entre diferentes condições sociais, os trabalhadores que ocuparam as margens da Transamazônica na década de 1970 também rivalizam diferentes concepções sobre a política que para lá os enviaram. Na realidade, essa divisão representa uma curiosa formação social, onde a classe de trabalhadores do campo se distingue na sorte daqueles que obtiveram sucesso com a política de colonização e aqueles que denunciam seu fracasso.

### *Duas faces de uma mesma classe*

De antemão é preciso notar que a autarquia responsável pela colonização foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ele foi praticamente fundado para realizar o intento de ocupação populacional às margens das rodovias que eram construídas aos montes na Amazônia da ditadura. Em resumo, a colonização dirigida pelo INCRA engloba os processos associados de deslocamento, distribuição e assentamento dos colonos. Esse modelo de colonização foi executado pela autarquia também praticamente criada para essa mesma intervenção, o INCRA<sup>4</sup>. Não por acaso, o primeiro presidente do INCRA, homem diretamente responsável pelo comando da política na Transamazônica, era o pernambucano José Francisco de Moura Cavalcanti. Entendo a concessão de seu cargo como uma estratégia governamental para que o gestor garantisse a melhor forma do intercâmbio entre Nordeste e Amazônia, atribuições do Plano de Integração Nacional.

---

<sup>4</sup> O INCRA foi criado pelo decreto-lei número 1.110 de 9 de julho de 1970, um pouco antes do decreto que deu origem ao PIN, o 1.106, de 16 de julho de 1970.

Quando analisam a política de colonização, os trabalhadores rurais que aqui são conclamados se dirigem a este Instituto. Daqui para frente, as variadas críticas às tentativas do INCRA em montar um quadro de assistência aos colonos nos conduzem a um importante aspecto da política. No artigo, pretendo avaliar os fracassos e sucessos atrelados à colonização a partir de um estudo de memória. Essa avaliação sugere que é justo admitir um relativo sucesso das realizações encaminhadas nos primeiros anos da política, ou seja, os primeiros anos da década de 1970. Me refiro à capacidade que tiveram alguns colonos em adquirir os meios para produzir nas terras da região, ascendendo socialmente naquelas localidades. Mas, na verdade, esta é uma estratégia que nos permite enxergar a colonização de um ponto distante da interpretação polarizada entre o completo sucesso ou inevitável fracasso. Argumentar sem polarizações, nesse sentido, não é utilizar de um recurso retórico segundo o qual esterilizamos nossos argumentos diante da falta de posicionamentos políticos bem definidos. Esta foi somente uma forma que encontrei para melhor perceber as concepções que orientaram o governo da ditadura e captar a experiência daqueles trabalhadores rurais que chegavam à Amazônia.

Por exemplo, se as críticas<sup>5</sup> aos moldes como foi implantada a colonização nos levassem ao descrédito total da política entraríamos em coesão com o que postulou o governo Geisel a partir da segunda metade da década de 1970, pois em seu governo foram revertidas as prioridades na região: o modelo de assentamento em pequenas propriedades, como tratado na colonização dirigida<sup>6</sup>, foi revertido para a entrada de grandes projetos

---

<sup>5</sup> Três grandes trabalhos acompanharam a implementação da colonização dirigida no momento de sua execução. Me refiro primeiramente aos livros dos sociólogos brasileiros José de Souza Martins e Otavio Ianni, são eles: “A militarização da Questão Agrária” e “Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia”. Por último destaco os estudos de Nigel Smith, pesquisador americano que esteve na região da Transamazônica no momento em que os primeiros trabalhadores eram assentados em sua margem. O título de sua principal obra chama-se “Rainforest Corridors”.

<sup>6</sup> Sobre a política de colonização dirigida no Brasil, indico a leitura de uma publicação realizada pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA): TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERADA, Cláudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Thereza. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica*. Instituto

pecuários e minerais. Ao apontarmos o relativo sucesso dos poucos migrantes nas regiões de colonização, fica evidente que o modelo que prioriza o assentamento de trabalhadores rurais é mais justo e de menos impacto quando comparado àquele defendido posteriormente por Geisel.

Mas também não completáramos as análises sem postular os erros de execução da colonização dirigida. Na verdade, o que importa demarcar é que o desfecho dessa política indica que ela foi guiada sem o privilégio e confiança institucional que necessitava o seu amplo programa, elaborado durante os anos de Médici. Acredito que entre todos os estudos que reuni sobre o tema, esta seria a minha principal contribuição: a política de colonização dirigida foi vista apenas como uma ação passageira para um abrangente processo de ocupação da região amazônica no qual seriam privilegiados os grandes projetos e os grandes latifundiários<sup>7</sup>. Essa conclusão não é necessariamente original e autêntica, mas está atrelada a uma ampla pesquisa, onde reuni uma gama de fontes e bibliografias. Neste artigo, parte desse material está disponibilizado ao leitor para que possamos melhor entender os processos que envolvem a formação das identidades de uma classe que surgia em um novo território.

A colonização dirigida representa um processo de ocupação de terras às margens da rodovia Transamazônica sob responsabilidade do INCRA. Faz parte da política o deslocamento de trabalhadores até a Amazônia, sua regularização fundiária, e a criação de uma nova forma de vida e trabalho em seu novo território (INCRA, Altamira I, 1971)<sup>8</sup>. No início da década de 1970, o compromisso com a população rural estabelecido na retórica oficial do governo cumpre a função de aliviar o conflito pela terra ao redor do país para,

---

de Planejamento Econômico e Social. Esse é um conceito criado para definir justamente a experiência na Transamazônica.

<sup>7</sup> SOARES, Filipe. A Amazônia da ditadura: discursos políticos e personagens na colonização do tempo presente. Tese de Doutorado em História. PPGHIST-UFPA. Belém: 2020.

<sup>8</sup> Documento do Incra encontrado nos arquivos da SUDENE (PE).



na Amazônia, estabelecer uma intervenção que pudesse abrir caminho aos grandes empreendimentos e à concentração privada da terra (IANNI, 1971). Esse é um deslocamento somente possível de ser realizado quando problematizamos não só os discursos oficiais, mas sobretudo quando elencamos os processos sociais em que emergem o Estado brasileiro da época, sua prática política, mas também os personagens da colonização, migrantes e funcionários do governo, bem como as empresas e projetos que tomaram o lugar de protagonismo nas ações institucionais sobre a região.

Agora cabe entender, a partir da concepção dos próprios migrantes, como os diferentes grupos da colonização mobilizam interpretações contraditórias para explicar tanto o fracasso da política como o relativo sucesso do programa. São essas distintas interpretações que dividem a classe social dos trabalhadores rurais em dois grandes grupos, duas identidades que convivem no território amazônico. Sobre a forma do sucesso, é preciso reforçarmos que a ascensão social de alguns colonos na Amazônia constituiu uma das razões que levaram o governo a abandonar a possibilidade de seguir com a política de assentamento de trabalhadores pobres. Na concepção governamental, o sonho de enriquecer na Amazônia, mais precisamente a possibilidade eminente de realizá-lo, instigou uma série de trabalhadores rurais a se deslocarem espontaneamente à região, o que, ao final, ameaçava o plano de a manter sobre as garras da iniciativa privada e do grande latifúndio (SOARES, 2020). Se esse conjunto de pessoas seguisse auxiliado pela infraestrutura que estava sendo montada pelo governo naquelas localidades, a opção institucional se daria por seguir com a orientação do assentamento de trabalhadores pobres, o que foi excluído logo na oportunidade em que o general Médici deixou a presidência. Quando notamos o relativo sucesso de alguns trabalhadores, percebemos que a região estava atraindo outros segmentos que não somente aqueles que para lá eram direcionados pelo INCRA.

Como de costume na história daquela região, o sonho amazônico propagandeado pelo regime mobilizou a consciência nacional a tal ponto que o projeto final da ditadura



com a colonização estava sendo ameaçado. Digo isto, pois de início, o planejamento da colonização dirigida indicava o público assentado como somente proveniente do Nordeste ou do Sul. Os ditos nordestinos, maioria, deveriam ser urgentemente transferidos para satisfazer a demanda pela terra naquela região. Já os migrantes do Sul, estes deveriam cumprir o que o INCRA chamou de “efeito demonstração” (INCRA, 1971). Mais capitalizados e com maior experiência de trabalho rural em terras melhores cultiváveis, esses sujeitos deveriam se tornar os grandes exemplos de sucesso da empreitada, demonstrando enfim aos nordestinos como melhor enriquecer no trato com a terra. O problema é que com avançar dos anos, como disse, o deslocamento dos trabalhadores fugiu do controle do INCRA. Muitas pessoas, advindas de diferentes lugares do país, passaram espontaneamente a adentrar a Amazônia, ocupando não só terras devolutas, mas também aquelas tomadas para assentamento. Ao final, como indica Nigel Smith (1982) ainda no início da década de 1970, as terras destinadas à política de colonização dirigida também foram ocupadas até pelos próprios paraenses, o que contribuiu para a falência do programa, tendo em vista a dificuldade do controle preciso das instituições. Enfim, como indicava a razão de governo, a ascensão social era privilégio de poucos. Se ampliada, impediria a dominação das terras pelo latifúndio empresarial. Mas uma vez possibilitada, fez da Amazônia um lugar por demais atrativo à população rural, a ponto de vacilar o controle do Estado ditatorial da época

Diante da ascensão de alguns, o que não podemos é romantizar esses raros casos para validar as intenções do governo Médici com a colonização dirigida. O relativo sucesso de alguns colonos ao adquirir seus meios de produção foi restrito e teve prazo de validade. A continuidade de nossas investigações aponta que a racionalidade do regime nunca esteve preocupada com os trabalhadores. Tanto é que a ditadura não poupou esforços para interromper o processo de distribuição de terras e reverter a ocupação, priorizando dessa vez o grande empreendimento e o latifúndio. Mas o maior problema ainda estava por vir. A

chegada de milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor na região teve que disputar o espaço com o grande latifúndio, este último enfim priorizado nos encaminhamentos do regime, salvo o breve momento do início da década de 1970. O resultado foi a criação de um intenso conflito pela terra. Ao longo desses anos não é rara a notícia dos assassinatos em série de trabalhadores ou lideranças que se organizam em busca do acesso à produção.

Portanto, para entendermos os caminhos que nos levam a abordagem contraditória da colonização é preciso ter em mente que ela

não conseguiu concretizar uma ocupação uniforme por pequenos proprietários inseridos num processo de capitalização. No sentido dos grupos sociais que para essa área se dirigiram, constituiu um processo com efeitos desiguais que aparecem expressos na diferenciação sócio-econômica dos parceiros (MIRANDA, 1990, p. 45).

A partir dos relatos dos colonos, conduzirei o estabelecimento da diferenciação entre os distintos personagens da colonização: aqueles que argumentam o seu sucesso e aqueles que argumentam seu fracasso, condição que no geral varia de acordo com suas posições socioeconômicas. Mas, para além desse ponto, a citação nos oferece um outro importante elemento na análise da colonização. Ele corresponde a ideia de que a minoria dos colonos que ascenderam na região só conseguiu este feito à medida que foram inseridos num processo de capitalização. Somente aqueles que puderam lidar com as já ditas culturas industriais foram capazes de atingir o relativo sucesso. A colonização só deu brechas à estabilidade para aqueles que se inseriram numa economia de mercado, demarcando os compromissos do governo para com o desenvolvimento capitalista nas localidades de intervenção do programa. A condução da política não previa assistência aos migrantes que pudessem se dedicar a uma produção mais autônoma e de subsistência. Os que não tiveram condições de lidar com as culturas de alto valor, não contaram com a ajuda institucional, e parecem terem sido jogados na região para apenas realizar o desmatamento ou somente para

diminuir a tensão da luta pela terra nas localidades de onde provinham, caso dos trabalhadores advindos do Nordeste. Dessa forma, o abandono foi um descaso que deve ser aqui denunciado com firmeza, uma vez que atentou contra a própria vida de muitos dos trabalhadores — veremos isto em detalhes a partir dos relatos dos próprios migrantes.

Mas o momento exige a discussão dos depoimentos de antigos colonos. Nesse ponto, mais uma vez, veremos que eles se revezam entre a defesa da política, seu relativo sucesso, e suas falhas, ou melhor, seu fracasso. Para tanto, é preciso o debate de alguns problemas relativos aos estudos da memória. Se os depoimentos utilizados tratam de uma narrativa ligada aos anos 70, “o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente” (SARLO, 2007, p. 60). A memória não é um tecido puro da lembrança, mas reflete um investimento calcado no presente, onde os depoentes tentam a todo momento deferir suas opiniões sobre o que aconteceu anos atrás. Ao leitor, pode até parecer uma obviedade, mas é preciso o registro de que, de maneira geral, aqueles antigos colonos que argumentam o sucesso da política são aqueles que se encontram num lugar de prestígio e/ou estabilidade social. Por outro lado, os que denunciavam o fracasso são justamente aqueles que no presente ainda enfrentam dificuldades para se manterem na região, tendo na luta pela sobrevivência a grande marca de suas vidas. Esse é o caso de Sr. Nelson — cearense, sujeito referência no processo de ocupação pela liderança frente aos outros colonos — que no relato que apresenta o sofrimento daqueles anos, estabelece uma conexão entre seu passado na Amazônia e seu presente na região:

Hoje eu tenho um “aposentosinho” dado pelo INSS, sou aposentado, e aí eu como desse “aposentosinho”. Se a gente atravessar o pé dentro da mão não dá pra viver. É, não dá não. As coisas hoje muito caro. O salário não sobe. Nós vive comendo migalha na vida pra poder nós viver (...). Nós não tem vida boa não. Até hoje nós não têm vida boa. A nossa vida sempre foi sofrida, muita família, trabalhando muito pra sobreviver (...).

Para Nelson, é como se sua condição social no presente atestasse a validade do que contava sobre o sofrimento de seu passado. A dificuldade que encontra nos dias atuais para sobreviver é uma marca presente em toda sua história. Diante da luta pela sobrevivência ao longo de sua vida, como poderia este senhor argumentar a favor da política de colonização? Ela não lhe acarretou em nenhuma transformação significativa, nem para ele nem para sua família. Pelo contrário, com o sofrimento que descreve os anos de chegada na Amazônia, talvez a ida para a região tenha dificultado ainda mais a vida desse trabalhador. E a vida sofrida de Nelson não sou eu quem arbitrariamente postula, mas de posse de seu depoimento posso estabelecer que o sofrimento é o substantivo-mor que orienta sua narrativa. *“Um homem sofrido, eu sofri o pão que o diabo amaçou pra nós sobreviver”*, diz ele. O que introduzo na discussão de seu depoimento é que a análise que o próprio depoente faz da sua vida encontra no presente, na sua vida atual, a conformação das opiniões que ele estabelece sobre a história da colonização. É dessa forma que ele encerra as reflexões sobre sua vida: *“Nós sofreu, nós tivemos um sofrimento eterno... eterno, é”*. A eternidade é justamente o espaço em que se desdobra sua vida e, nesse sentido, o sofrimento é o principal elemento de caracterização de sua experiência, um ingrato companheiro. Sendo assim, não há motivo para ele ter benevolência para com a política do INCRA. Nelson é hoje o principal advogado do fracasso que representou aqueles anos de colonização. Sua vida presente é a própria prova; a verdade que orienta a narrativa sobre o processo institucional que o levou à Amazônia no início da década de 1970. Vítima deste processo, mas nem por isso se exime de enfrentar as memórias sofridas e organizar sua própria opinião sobre o passado. Sabe que é sua luta ao longo dos anos o que lhe dá forças para encarar toda a dificuldade que insiste em rondar sua experiência. Ele parece ter consciência de que se um dia dependesse do Estado, já nem vivo estaria.

Na sequência, Nelson resume seus argumentos sobre a política e as instituições: *“pois é, então o INCRA era pra ter dado um grande apoio a nós que sobrevivemo aqui.*

*Chegamo sem nada e nós atuemo um trabalho complicado, porque quando nós chegou aqui, nós ficou dentro dessas matona aí, sofrendo*”. Mesmo ciente de que sua vida nunca foi fácil, Sr. Nelson não se vitimiza, sabe que sua vida é marcada pelo trabalho e pela superação. Acredita é que as instituições deveriam ter sido mais consequentes com a condução da política. A princípio, Nelson pode ter acreditado na promessa de ajuda, tendo em vista o otimismo que rondava as ações pela migração e toda propaganda mobilizada nos discursos da ditadura. Outra questão é que a confiança de Nelson naquilo que era apalavrado pelo governo não reduz o depoente a uma condição de ludibriado pela retórica institucional. Se somente assim o fosse, teria cedido aos estereótipos com que as instituições o entendiam, ou seja, como um homem acostumado ao sofrimento e, portanto, fácil de ser abandonado à própria sorte. Nelson resistiu, lutou para ser alocado numa região mais segura, salvou outros companheiros de ficarem literalmente à margem das iniciativas assistencialistas e hoje segue com firmeza criticando a crueldade do Estado brasileiro no trato com os segmentos de trabalhadores pobres do país.

A crítica ao INCRA não aparece somente nos depoimentos de Nelson. Dona Adélia, advinda de Santa Catarina, desempenhou a importante função de educar parte das crianças da região. Mesmo ainda marcada pelos discursos que a conduziram ao novo local de moradia e trabalho, entende que nem todo sacrifício individual autoriza o mau trato das instituições para com a população pobre. Diz ela que nas áreas de colonização *“o INCRA, se pudesse botar o carro em cima de nós, ele botava. E nós sofremos*”. Dessa vez o sofrimento é indicado pela imagem do atropelamento. Esse recurso não é somente metafórico. É preciso deixar claro que o processo de ocupação daqueles anos representa um verdadeiro desbravamento. A região de Altamira era uma área de grande extensão verde, de antiga presença indígena e incipiente urbanização. O deslocamento naquelas áreas por sua vez era de difícil condução e os migrantes sofriam com o isolamento. Carro, só do INCRA. E nesse vai-e-vem da instituição a depoente recorre aos carros para demonstrar

que assim se dava o acesso do Estado aos seus assentamentos. Dada a realidade da Transamazônica naquele período, a depoente fala do atropelamento para representar o descaso da instituição para com os trabalhadores da região. Ou seja, a presença dos agentes das instituições, sobre carros, não garantia a eles uma melhor qualidade de vida, ao contrário, na imagem de atropelamento criada por ela, manifestam o próprio descaso da instituição.

Segundo seu depoimento, Dona Adélia constituiu uma importante voz de cobrança ao governo durante os primeiros anos de execução da política. Sua condição de professora lhe rendeu alguma capacidade de melhor elaborar a crítica às instituições durante o andamento da colonização. Sua posição na hierarquia social do empreendimento era outra, o que pode ter evitado possíveis retaliações do regime. Ela também afirma que chegou a lutar pelo alimento básico de crianças que, à míngua, estavam morrendo aos montes quando chegaram na Amazônia. Também destaca que por muitas vezes foi entendida pelos colonos como representante do INCRA, o que a afastava do grupo de trabalhadores. Nessa oportunidade perguntei se “as mulheres do INCRA”, como ela se referia, não eram bem quistas pelos trabalhadores, quando ela de pronto me respondeu: *“Não era bem quista porque maltratava. Quando eu cheguei (...) corriam de mim, porque eu era toda bem trajada, né? (...) pensaram que eu era mulher do INCRA”*.

Portanto, entende-se que é a narrativa do sofrimento o que atesta o descaso da política de colonização e, por conseguinte, o seu fracasso. Mas essa narrativa não é apenas uma elaboração do presente, ela também advém da própria experiência daqueles anos. O que quero dizer é que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (SARLO, 2007, p. 24). E no momento em que esses depoentes organizam a fala de sua experiência, eles recorrem à situação de seu presente para compreenderem os anos da colonização. É através dessa elaboração presente que o entrevistado redime a memória “de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum” (SARLO,

2007, p. 24). Como nos auxilia Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9). É assim que ao narrarem suas experiências, Seu Nelson e Dona Adélia não apenas se libertam dos sofridos anos que tiveram que enfrentar na Transamazônica, mas também denunciam a situação social a que hoje estão relegados naqueles espaços. Ao me receberem, ambos demonstraram partilhar de uma vida bastante simples, onde o enfrentamento das dificuldades segue sendo uma grande marca de suas existências. A lembrança de suas experiências, por outro lado, é fundamental para que possamos denunciar os maus tratos institucionais à população pobre da década de 1970. A memória daqueles anos pode contribuir para que jamais esqueçamos a crueldade das Ditaduras Militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX. Essa violência não se resume aos porões de tortura e recorrentes assassinatos de militantes da esquerda, mas também se faz presente na sutileza com que as instituições do regime organizaram suas políticas para as populações pobres.

Por outro lado, “embora para entender também seja preciso lembrar”, não podemos nos dar ao luxo de no contato com as memórias esquecermos que “é mais importante entender do que lembrar” (SARLO, 2007, P. 22). E para melhor entendermos a política de colonização faz-se agora necessário recuperar uma outra sorte de memórias, àquelas mais ligadas à construção de uma visão positiva em torno das instituições e do governo brasileiro da época. As memórias da colonização são importantes veículos para criticarmos a política, mas, contudo, não se fundamentam apenas no aspecto de sua injustiça, descaso e negligência — emoções profundamente sentidas quando alguns me relataram a experiência de ocupação da Amazônia na década de 1970.

Entretanto, as memórias da colonização também se baseiam numa construção ideológica e institucional onde o presente não deixa de modelá-las, mas, pelo contrário, segue alterando o quadro individual e pessoal nos quais se fundam a experiência (PORTELLI,



1996). Esta é a marca das memórias que atestam o sucesso da política de colonização. Partiremos então da memória de um sujeito referência na execução do programa realizado pelo INCRA. A primeira fala de apoio ao governo vem através daquilo que me foi relatado por Zé Gaúcho — colono que chega à Amazônia desde o Rio Grande do Sul, indivíduo referência na produção e na utilização do solo. Diz ele:

E em relação à Transamazônica eu tenho lhe dizer o seguinte, foi uma grande coisa que o governo fez, foi uma decisão muito boa do presidente Médici que também fez, e aqui é uma região que eu digo que é o coração do Brasil, é o coração do mundo, porque aqui tem terra boa, o camarada que tenha vontade de trabalhar, progride. Do governo eu não tenho o que falar, as promessas que foram feitas, foram mais ou menos cumpridas.

No relato acima aparece a figura de Médici, então general-presidente da ditadura e do Brasil. Cabe destacar a recorrente afirmativa de que a colonização exigia o sacrifício do trabalho. De acordo com Zé Gaúcho, assim como para muitos outros colonos entrevistados, aqueles que se dedicavam, que tinham vontade de trabalhar, por suposto progrediriam nas terras que lhes foram cedidas. Mas o que Zé Gaúcho tem em comum com os outros depoentes que sustentam o sucesso da política? Durante a realização das entrevistas, não foi difícil a percepção de que todos aqueles que no presente se encontram numa situação financeira estável, se portam como defensores do INCRA e das instituições que mediaram suas chegadas na Amazônia. Lembro de outros dois casos emblemáticos, o de Dona Eunice e o de Dona Creuza. Ambas viúvas, chegaram às regiões da Transamazônica no início da década de 1970 e até hoje residem na parte onde se identifica a presença da chamada terra roxa<sup>9</sup>. Vizinhos, tanto as mulheres como Zé Gaúcho, recorreram a ideia de que “não tinham o que falar” sobre a atuação do INCRA na região.

---

<sup>9</sup> O curioso é que ambas provêm do Nordeste e constituem o raro grupo proveniente da região que conseguiu adquirir terras nas áreas de cultivo de lavoura comercial. São justamente os seus depoimentos que analiso no artigo onde discuto questões de gênero relativas às áreas da Transamazônica.

Durante as entrevistas, sempre deixei que os trabalhadores discorressem à vontade sobre a história que tinham para me contar. Mas no caso desses grupos de colonos, como todos os argumentos giravam em torno de uma representação positiva dos anos da ditadura, me permiti perguntar sobre se eles tinham alguma crítica em relação ao trato das instituições. O curioso é que a resposta era direta e se apresentava sob a mesma forma: “não tenho o que falar do INCRA”.

Outro importante personagem daqueles anos, o Sr. José Martins ocupou uma posição única durante os anos de implementação da colonização. Ele chegou à Transamazônica como funcionário contratado pelo INCRA, marceneiro responsável pela montagem das casas nas agrovilas — arquitetura urbana idealizada para a moradia dos colonos. Depois, pediu dispensa do contrato com a instituição para poder ser agraciado pelo programa de colonização, uma vez que não era permitido aos funcionários do órgão adquirir os lotes que eram cedidos aos colonos. Seu depoimento seguiu a mesma regra dos anteriores: criar uma imagem positiva do governo, ou melhor, do INCRA e de suas tarefas na colonização. Quando lhe perguntei de alguma possível crítica à instituição, respondeu:

Não, esse é o seguinte: foi muito bom. Quando chegava, a gente pegava eles, levava. Era entregue um lote pra cada um, né? Aí, a gente pegava, eu fiz isso muito, pegava a mudança, as coisas da pessoa que chegava, o bagulho que eles chegava. Levava no lote dele. Nessa época, quando vinha pro lote, a casinha já tava feita, o INCRA... foi muito bom. A casinha dele feita, o INCRA dava seis meses de salário, dez tarefas de roça pronta e seis meses de salário (...) pra ele trabalhar (...). Chegava, a gente ia levar informação, precisava de alguma coisa ou outra, era assim. E foi muito bom, tanto pra gente, como pros colonos que chegaram. Quem não tá bem hoje é porque não quis mesmo. Porque chance, oportunidade, teve demais!

A contradição entre os depoimentos é evidente. Enquanto uns responsabilizam a falta de iniciativa do INCRA, outros relatam que não faltou oportunidade. Nessa última forma, tudo parece ser medido pela expressão utilizada por Zé Martins: “*Quem não tá*

*bem hoje é porque não quis*". Ou seja, o presente comanda o julgamento dos colonos sobre a política de colonização. Quem está bem atualmente, ou seja, financeiramente acomodado, construiu um relato onde a marca é a positividade da política, quem não está, endurece na crítica às instituições. Mas a chave explicativa não está posta em nenhum dos polos, ela remete a uma análise detalhada entre os diferentes personagens da colonização e os reais compromissos do governo para com o território amazônico.

Por outro lado, ao trazer de novo as concepções de Zé Gaúcho, é possível vermos uma articulação interessante entre os seus discursos. Estar bem na região da Transamazônica, na linguagem daqueles que defendem a política de colonização, é ter se submetido aos sacrifícios do trabalho. Esta é uma síntese entre a meritocracia que postula o senso comum e aquilo que era sustentado pelo governo da época. Mas para Zé Gaúcho, o trabalho a ser desempenhado na região não era de qualquer natureza:

(...) porque , infelizmente , o que eu tenho dito é o seguinte: terra é que nem uma caneta. Uma caneta num analfabeto não vale nada, mas num doutor, vale muita coisa. E terra é pra quem sabe trabalhar, pra quem é acostumado a trabalhar e dedicar. (...) E não tem terra ruim, basta saber trabalhar nela. Se uma terra não dá uma coisa, dá outra. (...) então de forma que eu tô muito contente, progredi bem, não posso dizer que sou rico porque tive prejuízos.

Nesse trecho não nos desvencilhamos da influência que tem o presente na construção dos relatos de memória. Zé Gaúcho está correto quando define que trabalhar na terra exige conhecimento. Mas ele também sabe que sua condição atual não é só fruto do capital que detinha antes da sua chegada na Transamazônica. Também contribuíram a sua capacidade e conhecimento sobre o cultivo e o manejo da terra — suas propriedades são referências na utilização do solo amazônico. Contudo, será mesmo que terra é tudo igual? Ele teria a mesma sorte caso ficasse, por exemplo, nas terras que se distanciam de Altamira em direção a Marabá, onde as lavouras comerciais não se dão e onde a malária incidia com mais frequência? Em sua concepção tendo a supor que como bom conhecedor

do trabalho com a terra, ele também tem a noção de que estar situado na região da terra roxa e à beira da rodovia foram questões determinantes para sua ascensão social. E ele só conseguiu este acesso por ter sido de certo modo privilegiado no processo de aquisição das terras. Sua posição na região, desde o início da colonização, difere em muito daquela a que foi relegado, por exemplo, Seu Nelson e boa parte dos nordestinos. Essas conclusões, contudo, não aparecem em seus depoimentos. No entanto, não é preciso ser um grande analista para perceber que Zé Gaúcho é ciente de seus privilégios. Não quero negar que o conhecimento que ele detém não tenha sido relevante para sua estabilidade e crescimento na região. Mas é justamente o seu conhecimento que me faz supor o que ele esconde em seus depoimentos: Zé Gaúcho é um caso raro na política de colonização.

### *Escutas sensíveis*

Não posso negar que antes de chegar às regiões da Transamazônica para realizar as entrevistas, fui na expectativa de colher relatos que manifestassem um posicionamento crítico frente ao governo ditatorial responsável pela colonização. Mas no exercício de nossa profissão, estou ciente de que a pesquisa nos oferece mais descaminhos do que as comprovações de nossas ingênuas hipóteses. Como obviamente as entrevistas só puderam ser feitas com os ex-colonos que ainda residem nas margens da rodovia, os relatos que me foram dados em sua maioria refletem a posição de estabilidade e ascensão promovida pela política na região de Altamira. Foi assim que, na contramão do que imaginava, me deparei com uma certa complacência de classe para com o autoritarismo característico dos anos da ditadura. Levei um tempo para digerir a frustração e aceitar recorrer às entrevistas. A verdade é que só consegui recuperar o entusiasmo para analisar esses dados quando o tempo me mostrou o que esses depoimentos já indicavam anos antes. A realidade política brasileira caminhava para o novo autoritarismo que a tomou de assalto em 2018 — vide o anterior processo de impeachment, a eleição de Jair Bolsonaro e seu novo governo. A ascensão do

campo autoritário nesse ano, de certa forma me ajudou a retomar a problematização das entrevistas. Para mim, elas eram a confirmação de que em nenhum momento a violência institucional cometida pela ditadura havia de fato sido enterrada na consciência nacional. Outrossim, ela estava na eminência de ser propagada no imaginário político popular. Para isso, bastou o surgimento de um exemplo grotesco que pudessem ecoá-la, ou seja, Jair Bolsonaro. Naquele momento de realização das entrevistas, de posse dos depoimentos já sistematizados, não pude prever a catástrofe que se anunciava: o autoritarismo voltaria com força à política brasileira, dessa vez fruto de um processo espúrio terminado nas eleições presidenciais de 2018. E ele já estava posto aos meus olhos anos antes, através dos depoimentos condescendentes com a ditadura

Foi então após mais de três anos com as entrevistas em mãos que me dei conta de o porquê ser o presente um elemento definidor e consensual nos estudos de memória. A importância do hoje não orienta somente a construção dos relatos, mas também o entendimento do historiador. Após 2018, compreendi aquilo que me era revelado anos antes, ou seja, parte dos colonos manifestavam não apenas um certo apoio à ditadura de outrora, mas eram verdadeiros entusiastas do autoritarismo brasileiro. É certo então que as impressões e experiências do tempo presente influenciam tanto no ato de lembrar como na atitude de problematização da memória. A positividade em torno da colonização dirigida contida nos relatos dos migrantes não significava a certeza da benevolência e apoio do INCRA nas áreas de colonização. Antes de tudo, elas correspondiam à atual consciência política dos segmentos rurais representados por uma classe já bem posicionada na Amazônia da atualidade. E, nesse grupo, não há espaço para a crítica ao autoritarismo da ditadura pois atualmente eles são justamente os seus defensores. Assim que percebi a questão, pude comprovar que

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que

ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente (LABORIE, 2019, p. 2).

Ceder à concepção de que os estudos de memória têm uma relação íntima com as construções políticas ligadas ao tempo presente não invalida nem deslegitima o uso da história oral. Acredito que esta influência reveste ainda mais a necessidade de compromisso do historiador e a produção de um trabalho consequente. Por isso, é certo que o trato com os relatos orais exige entendermos a influência que tem o presente sobre a memória de quaisquer acontecimentos históricos. Fica evidente então que escrever a história é mediar temporalidades e o uso dos relatos de memória não oferece perigos à disciplina, mas torna-se uma das ferramentas para o estabelecimento do nosso olhar sobre o passado (ALBUQUERQUE JR., 2007).

No trato com a memória do Sr. Aurindo, um colono emblemático na história da colonização, assumo que suas posições conservadoras me causavam um certo incômodo. Era como se me faltasse algum outro elemento para dar conta de sua interpretação. Mesmo de acordo que suas construções remetiam mais a sua elaboração política do presente, mesmo constatando que sua fala apontava, apesar da simplicidade, para uma certa estabilidade na região, inclusive indicando ter sido capaz de deixar uma herança digna para seus filhos, não me fazia sentido que depois de tanto sofrimento sua construção se mantivesse não somente fiel à uma leitura positiva da política de colonização, como também benevolente para com os anos do regime. Foi então que mais uma vez me vi diante dos estudos de Walter Benjamin (1987) sobre o esgotamento do relato daqueles que vivenciaram o trauma da Primeira Guerra Mundial (SARLO, 2007). Benjamin argumenta que os homens que participaram das batalhas voltaram emudecidos das trincheiras. Logo me lembrei de uma experiência traumática vivida por Aurindo quando sobreviveu ao acidente da lancha Anaman. Ele viu dezenas de companheiros de empreitada morrerem a sua frente, juntamente com sua esposa e filho, além de perder todos os bens e economias.

Como disse, não sou capaz de medir a dimensão do trauma que este evento representou na vida de Aurindo, mas acredito que esse possa ser um elemento que explique sua retórica a respeito do sucesso da colonização dirigida. O trauma silenciou a crítica. Se ele optasse por um tom de denúncia ao revelar as dificuldades que enfrentou naqueles anos inevitavelmente se poria em contato com o sofrimento limite que enfrentou na tragédia; esse acontecimento serviria como justificativa para suas dificuldades, o que certamente dificultaria sua superação, mesmo sabendo que foi por pouco que sua vida não foi arruinada em definitivo. Seu Nelson, por outro lado, conseguiu articular a crítica à política e também não teve vida fácil. Mas é impossível tecermos comparações entre as dificuldades dele e de Aurindo, uma vez que o acidente de barco tem a força representativa de uma guerra. Enquanto um me parece silenciar para o fardo correspondente aos anos da colonização, outro prefere adotar o tom de crítica e denúncia. Aurindo seguiu a sua vida, mas parece que morreu um pouco com aquele acidente, o que o fez emudecer diante da oportunidade em explicar as dificuldades que enfrentou. Nelson, por outro lado, não morreu, mas sofreu bastante junto a uma série de companheiros cujo destino de suas vidas foi a morte precoce. Para Nelson é a luta e o esforço pela sobrevivência que o permite encarar e narrar todas as dificuldades que enfrentou naqueles anos. Segundo ele: *“(...) o que escapou conta essa história, o que não escapou não contará nada. Porque quem não escapou não contará nada. Mas o que escapou ainda tem eu justificando pra contar essa história de alguém que já morreu que não tem mais osso”*.

Concordo com Nelson e, portanto, os condenados pela morte já não podem falar e este é relativamente o caso de Aurindo, que morreu um pouco no acidente. Nelson, por sua vez, assume o lugar crítico da fala, não porque seja capaz de substituir aqueles que se foram, mas porque não morreu no lugar de quem morreu. Viu a morte de perto, mas diferente de Aurindo, manteve-se vivo, pois não experimentou o trauma do acidente. A Nelson resta denunciar que o risco de morte por qual passou remete à irresponsabilidade



do governo e das instituições que conduziram a colonização. Já a tragédia vivenciada por Aurindo é mais difícil de atribuir um responsável direito. Para mim, a ditadura é quem deveria ser responsabilizada, mas, para ele, o Anaman foi, antes de tudo, um acidente e, como tal, sem culpados. Quem morreu, mesmo um pouco como no caso de Aurindo, não fala, não critica e emudece. Já quem sobreviveu pela própria luta tem a responsabilidade e o dever da denúncia, como no caso de Nelson. Os verdadeiros testemunhos do descaso das instituições e do fracasso da política estão mortos — coube a Nelson a missão de lembrá-los (SARLO, 2007).

### *Conclusão*

Para finalizar, ofereço a síntese apresentada no início do artigo: as diferenças entre o caminho da dificuldade e da ascensão. Por último, no entanto, não apontarei as questões relativas às reflexões de memória, mas o lugar da crítica que agora me ponho é o da natureza socioeconômica que divide esses depoimentos. São propostas distintas que desembocam na principal contribuição do artigo. Assim, vejamos: o que divide os relatos de sujeitos como Nelson e Zé Gaúcho é a própria ação de governo. Foi ela que definiu os níveis de subordinação de cada colono ao capital. Portanto, o processo de ocupação da Amazônia no início dos anos de 1970 se expressa no status socioeconômico diferenciado de cada colono. Essa distinção polarizada é o que demarca a construção diferenciada entre os relatos do sucesso e os relatos do fracasso. Na Transamazônica, foi a distribuição irregular das terras com maior potencial de cultivo que “tornou seletivo o processo, contribuindo para uma heterogeneidade econômica, social e espacial” (MIRANDA, 1990, p. 71) — bem ao gosto do desequilíbrio e competição capitalista.

Portanto, a história da colonização dirigida nos permite dividir os colonos de acordo com a posição socioeconômica que ocupam. Na análise dos depoimentos, isso significou a distinção entre duas vertentes narrativas — uma que defende as instituições e

outra que as criticam. No entanto, cada entrevistado manifestou uma opinião particular sobre o ocorrido. Apesar de ser possível reuni-los em grupos opostos, os depoimentos são sempre únicos e estão atrelados a experiência individual de cada colono. A multiplicidade das memórias é inquestionável quando percebemos que existem diferentes versões para um mesmo acontecimento histórico, a depender da experiência individual de cada colono. Por generalização, a tentativa de traçar possíveis regularidades entre eles remete ao esforço artificial do historiador na construção de suas análises. Assim, a diversidade dos relatos perde um pouco do seu glamour quando entendemos que os distintos posicionamentos sobre o ocorrido compartilham interpretações decorrentes das posições sociais das quais ocupam os entrevistados, formando, ao final, suas distintas identidades. Expostos esses dois segmentos, grupos e diferentes identidades dos trabalhadores rurais que hoje ocupam as margens da Transamazônica, pudemos enfim então demonstrar como “cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, P. 69).

### *Biografia dos entrevistados*

(As informações a seguir são conclusões minhas, fruto das entrevistas realizadas em 2015)

**Aurindo de Souza:** Trabalhador rural do município de Brasil Novo, urbanização resultante do processo de colonização dirigida às margens da Transamazônica. Praticamente um fundador da cidade em que reside, Aurindo se tornou um caso emblemático da política. Sua trágica história na região tem início com o acidente da lancha Anaman, em Breves, no Pará. Migrante que sai do Paraná, vai por conta própria a Belém, e de lá embarca com mais um conjunto de paranaenses rumo às áreas de colonização. No percurso, o barco que os transportava pega fogo. Aurindo, no acidente, perde família e filhos, além de seus pertences e recursos.

**José Martins:** Marceneiro de profissão, foi um funcionário contratado pelo INCRA para realizar a construção das casas que iriam abrigar os colonos nas chamadas agrovilas. Acompanhou o processo de ocupação das margens da rodovia, desde o seu início, sendo uma testemunha ocular da chegada dos milhares de migrantes naquela região. Antes de decidir trabalhar na Amazônia, no início da década de 1970, residia no interior do Espírito Santo, local que retornou algumas vezes, mesmo depois da decisão de se estabelecer nos arredores de Altamira, onde realizei a entrevista.

**Sr. Nelson:** Por alguns problemas técnicos na entrevista, Nelson foi o único depoente do qual não consegui registrar o momento em que me diz seu nome completo. Contudo, acredito que se trata da entrevista concedida com maior competência narrativa. O depoimento de Sr. Nelson é fundamental para o entendimento da arbitrariedade e descaso com que as instituições do regime militar trataram os migrantes na

colonização, sobretudo os advindos da região Nordeste. Nelson é cearense e antes de se encaminhar à Transamazônica no início da década de 1970, residia no então pequeno município de Quixadá. Sua vida, marcada pela luta aberta pela sobrevivência, compreende uma série de experiências limite, entre elas, um caso que extrapola o contexto da colonização dirigida e remete ao seu trabalho como seringueiro nas regiões de Belterra — também estado do Pará. O relato de Nelson é preenchido por metáforas, mas ainda emocionante, capaz de nos transpor para a dificuldade da vida de um trabalhador rural naqueles anos da ditadura.

**Adélia Araújo:** Viúva, Dona Adélia reside sozinha numa humilde casa em Brasil Novo. Seu depoimento contrasta as vozes predominantemente masculinas presentes no texto. Poeta e professora de formação, a migrante chega às áreas de colonização por conta própria, no intuito de participar da educação dos filhos e filhas dos colonos que com ela chegavam à região. Em vários momentos da entrevista era perceptível a emoção com que relatava a história daqueles anos. Tendo em vista o seu papel e formação de professora, Dona Adélia foi uma importante figura questionadora do modo como as instituições encaminharam a política, principalmente no caso em que muitas crianças vieram a óbito, justamente por falta de assistência. Figura até hoje bastante conhecida em Brasil Novo, dona Adélia é um símbolo educacional do município.

**José Osmar Couto (Zé Gaúcho):** Antigo colono agraciado com as terras concedidas na Política de Colonização Dirigida. Zé Gaúcho, como até hoje é conhecido na região, reside na beira da rodovia Transamazônica, na altura do município de Medicilândia. Trabalhador rural desde a infância, chega a Amazônia com um certo recurso financeiro. Aproveitando as políticas públicas na localidade e sua capacidade de investimento, consegue expandir sua propriedade, se tornando um grande exemplo na utilização do solo amazônico.

### *Referências Bibliográficas*

AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*: ensaios sobre teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Lesko. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INCRA. ALTAMIRA I. Departamento de Imprensa Nacional: Brasília, 1972.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

MARTINS, José de S. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M;

MACHADO, L. *Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SMITH, Nigel JH. *Rainforest corridors: The Transamazon colonization scheme*. California: Univ of California Press, 1982.

SOARES, Filipe. A Amazônia da ditadura: discursos políticos e personagens na colonização do tempo presente. Tese de Doutorado em História. PPGHIST-UFPA. Belém: 2020.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Org: Antonio Luigi Negri e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa I: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P.; EICHEMBERG, R. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.